



B3 Ibovespa 186.198 pts ↑0,32% Moedas Dólar Comercial R\$ 4,922 ↓-0,94% Dólar Turismo R\$ 5,126 ↓-0,87% Euro Comercial R\$ 5,760 ↓-0,87% Euro Turismo R\$ 6,018 ↓-0,67%

Cooperativas por um mundo pacífico é o tema definido pela ACI para o CoopsDay 2026



International Day of Cooperatives
Cooperatives for a peaceful world
4 July 2026

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) anunciou na última segunda-feira, 4 de maio, o tema do Dia Internacional das Cooperativas de 2026 (CoopsDay): “Cooperativas por um Mundo Pacífico”.

O tema serve como reflexão da capacidade singular do modelo cooperativo de unir pessoas, fortalecer a coesão social e promover sociedades pacíficas e inclusivas, mas também como um apelo coletivo do movimento cooperativo global para contribuir ativamente para a paz.

O cooperativismo tem o papel como construtoras de pontes, unindo comunidades, fomentando o diálogo e fortalecendo a recuperação e a resiliência em um mundo cada vez mais fragmentado.

O anúncio do tema é realizado dois meses antes do CoopsDay 2026, que será celebrado em 4 de julho.

O Dia Internacional das Cooperativas é comemorado pelo movimento cooperativo internacional desde 1923 e foi oficialmente designado pelas Nações Unidas em 1995, para destacar o papel das cooperativas no desenvolvimento econômico, na sustentabilidade e na justiça social, enfatizando um modelo centrado nas pessoas.

O tema está alinhado com o da Conferência Global da ACI 2026, que é: Construindo Pontes: Contribuições Cooperativas para um Mundo Pacífico.”

O mundo está vivendo um momento em que conflitos, fragmentação social, desigualdades crescentes, insegurança econômica e declínio da confiança, torna-se cada vez mais necessário construir pontes e apoiar aborda-

gens que fortaleçam a coesão e reconstruam ligações entre as sociedades. A conferência, que será realizado no Panamá em setembro, irá explorar os contributos das cooperativas para a paz, através da construção de pontes entre pessoas, comunidades e ideias e da criação de espaços inclusivos de participação.

O papel das cooperativas é destacado na Declaração da ACI de 2019 sobre Paz Positiva por meio das Cooperativas, que convoca o movimento cooperativo a aprofundar seu compromisso e fortalecer ações que promovam sociedades pacíficas e inclusivas.

Jeroen Douglas, Diretor Geral da ACI, afirmou: “As cooperativas têm contribuído há muito tempo não apenas para a ausência de conflitos, mas também para a presença de justiça, inclusão e confiança; os alicerces essenciais da paz positiva. Em todos os setores e regiões, as cooperativas contribuem para sociedades pacíficas ao fortalecer as economias locais, ampliar o acesso a serviços vitais, promover a participação democrática,



criar oportunidades para todos e fomentar a confiança e a solidariedade.”

O tema também está em forte sintonia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), e a ACI e o Comitê para a Promoção e o Avanço das Cooperativas (COPAC) estão elaborando um documento de política para destacar as contribuições das cooperativas para a construção da paz como parte da série de documentos de política dos ODS do Ano Internacional das Cooperativas de 2025.

Webinário debate papel do cooperativismo no mercado de carbono



O mercado regulado de carbono no Brasil deixou o campo das projeções e passou a ocupar espaço concreto na estratégia do cooperativismo. Webinário promovido pelo Sistema OCB na quarta-feira (30/04), reuniu representantes do governo federal, especialistas e lideranças do setor para discutir os desdobramentos da nova legislação e seus impactos para o movimento.

A abertura foi marcada por uma leitura clara do momento: a agenda climática agora é também econômica. A presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, enfatizou que o cooperativismo já se movimenta para ocupar esse espaço. “Estamos diante de uma oportunidade que envolve visão de governo, base técnica e, principalmente, prática. As cooperativas já estão atuando e mostrando como esse tema pode ser incorporado de forma estratégica”, afirmou.

Ela destacou o protagonismo institucional da entidade na construção do ambiente regulatório. Tania também trouxe números concretos ao lembrar que, atualmente, 31 cooperativas já recebem apoio direto do Sistema OCB em iniciativas de descarbonização, e antecipou novos passos. “Vamos apoiar estudos para projetos de crédito de carbono. A ideia é mobilizar e incentivar as cooperativas a tratar esse tema com a seriedade e a estratégia que ele exige”, completou.

Ativo da transição climática

Representando o Congresso Nacional, o deputado Arnaldo Jardim (SP), presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), fez uma defesa enfática do papel do coop na agenda climática e energética do país. “O cooperativismo já entrega, na prática, desenvolvimento sustentável. Distribui renda, gera oportunidade e incorpora boas práticas ambientais ao seu modelo de negócio”, afirmou.

Ele considerou que o setor tem histórico consolidado nessa agenda, desde marcos internacionais como a Rio-92 até as discussões mais recentes. E chamou atenção para um diferencial brasileiro: “quando adotamos plantio direto, bioinsumos e pro-

gramas de agricultura de baixo carbono, estamos fazendo mais do que reduzir emissões, estamos sequestrando carbono. Isso precisa ser reconhecido e monetizado”, declarou.

Regulação: complexidade e janela de oportunidade

No primeiro painel técnico, o advogado e consultor do Sistema OCB, Leonardo Papp, afirmou que o Brasil entrou definitivamente na fase de implementação do mercado regulado. “A descarbonização da economia é uma realidade sem volta. A questão agora não é mais ‘se’, mas ‘como’ vamos fazer isso funcionar”.

Ele explicou que a Lei nº 15.042/2024 instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e criou um modelo baseado em metas de redução e negociação de créditos. Segundo o consultor, a fase atual (de regulamentação) é a mais sensível.

Três pontos de atenção foram destacados para o cooperativismo por Papp: os produtores rurais como potenciais fornecedores de créditos; as cooperativas como possíveis agentes regulados, especialmente industriais e financeiras; e o modelo de negócio como ferramenta para ganho de escala e eficiência no sistema. “O cooperativismo pode ajudar a resolver gargalos clássicos do mercado de carbono, como custo de transação e assimetria de informação”, acrescentou.

A Coordenadora Geral de Governança da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda, Luísa Panico, apresentou um panorama detalhado da estrutura em construção. Ela declarou que o Brasil já mudou de patamar no cenário internacional. “Saímos da fase de discussão para a fase de implementação. O sistema brasileiro agora está em desenvolvimento e isso nos coloca dentro de uma lógica global de funcionamento das economias”.

Segundo ela, o modelo brasileiro busca equilíbrio entre regulação e competitividade. “O mercado de carbono não é para gerar custo adicional. É uma ferramenta de política industrial, que direciona investimentos para inovação e descarbonização”. E detalhou o cronograma previsto pela pasta. “Ainda este ano teremos a regulamentação completa e, em 2027, teremos o início do relato de emissões. Depois iniciaremos as fases de monitoramento, testes e implementação plena”.

Outro ponto central apontado pela coordenadora foi a governança do sistema, que envolve diferentes ministérios, com destaque para Fazenda e Meio Ambiente, além de um comitê técnico com participação de setores produtivos e sociedade civil. “A construção é coletiva. Precisamos de diálogo constante para garantir que o sistema seja robusto e aplicável”, concluiu.

Sicoob gera retorno de R\$ 49,8 bilhões aos seus cooperados



Em 2025, o Sicoob gerou R\$ 49,8 bilhões em benefícios econômicos aos cooperados. O valor representa os ganhos financeiros comparativos dos membros em razão de juros mais competitivos para suas operações de crédito, melhor remuneração para seus investimentos, condições tarifárias mais vantajosas em comparação à média do sistema financeiro tradicional e participação nos resultados das cooperativas.

O montante, uma espécie de cashback superlativo, não é uma ação promocional pontual, conforme práticas conhecidas no mercado, mas consequência natural do modelo cooperativista, em que o resultado retorna para quem dá vida ao negócio: o próprio cooperado.

A vantagem média comparativa alcançou R\$ 7.352 por cooperado em 2025, o que corresponde a um acréscimo de 29,3% em relação ao apurado no exercício anterior. Além de beneficiar os associados e seus territórios, o bom desempenho em 2025 permitiu ao Sicoob destinar valor expressivo de seu resultado financeiro para fortalecer sua própria estrutura patrimonial.

“Gerar retorno aos cooperados, apoiar projetos coletivos locais e fortalecer a estrutura empresarial caminham juntos. A solidez garante estabilidade, amplia nossa capacidade de investimento e nosso poder operacional, que, por sua vez, asseguram a manutenção e a extensão dos benefícios aos cooperados e às suas comunidades”, destaca Ênio Meinen, diretor de Coordenação Sistêmica, Sustentabilidade e Relações Institucionais do Sicoob.

Como o valor é calculado

Para a apuração dos ganhos financeiros dos cooperados são considerados quatro componentes objetivos. Confira:

1. O Benefício Econômico do Crédito (BEC), relativo à prática de taxas de juros mais competitivas, resultante da diferença entre as condições oferecidas pelo

Sicoob e a média de preços de mercado para as mesmas modalidades. Trata-se da principal parcela do conjunto dos benefícios, implicando redução efetiva do custo financeiro para indivíduos, produtores rurais e empresas, correspondente a R\$ 32 bilhões;

2. O Benefício Econômico dos Depósitos (BED), que indica a melhor remuneração das aplicações financeiras dos cooperados, refletindo condições mais atrativas para os produtos de depósitos a prazo, montante que supera R\$ 5,8 bilhões;

3. O Benefício Econômico de Produtos e Serviços (BEP), associado à prática de taxas e tarifas de produtos (consórcios, manutenção de conta corrente, aquisição e cartões de crédito, entre outros) menos onerosas que as da concorrência;

4. O Benefício Econômico do Exercício (BEE), que se refere à participação dos cooperados no resultado contábil das cooperativas em 2025, proporcional ao volume de seus negócios e de suas participações societárias no Sicoob, bem como à destinação de recursos para iniciativas sociais, ambientais e em defesa do clima.

O BEC, o BED e o BEE seguem metodologia definida pelo Banco Central do Brasil. No caso do BEP, a diferença é calculada a partir de pesquisa comparativa dos preços do Sicoob com os praticados pelos principais players para os correspondentes produtos e serviços.

“Se no ambiente bancário o cashback é uma estratégia comercial ocasional, sujeita a um conjunto de requisitos, no cooperativismo financeiro ele é estrutural, compondo o núcleo do negócio cooperativo. Quando reduzimos o custo do crédito e dos serviços, ampliamos a rentabilidade dos investimentos e compartilhamos os resultados, estamos gerando valor de forma concreta, mensurável e permanente aos usuários-membros e às suas comunidades. Esse é um dos grandes diferenciais do nosso modelo societário”, conclui Meinen.

PRÊMIO
SOMOS COOP
MELHORES DO ANO 2026

**INSPIRE O BRASIL
COM A HISTÓRIA
DA SUA COOP!**

INSCRIÇÕES ABERTAS

Acesse: melhores.coop.br

Sistema OCB